Proc. TC-022.141/2015-4
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra o Senhor Carlos Vinício de Carvalho Soares, ex-Prefeito de Frei Inocência/MG, em razão da impugnação total das despesas do Convênio Siconv 704327/2009, que teve por objeto o apoio à realização do 30.º Festival da Carne de Sol naquele município.

2. Tendo resultado infrutíferas as tentativas de citação postal do responsável, o Tribunal realizou sua citação por via editalícia (Peças 40 e 41), não tendo o ex-Prefeito, contudo, apresentado quaisquer alegações de defesa, o que impõe que seja considerado revel, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3.º, da Lei n.º 8.443/92.

3. O exame empreendido pela Unidade Técnica resultou em proposta uniforme de julgar irregulares as contas do responsável, condená-lo em débito pelo valor total repassado, com abatimento da devolução já realizada referente ao saldo do ajuste, assim como aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/92 (Peças 42 a 44).

4. Com as vênias de estilo, consideramos que a situação sob exame reclama encaminhamento diverso.

5. A nosso ver, as irregularidades apontadas nos autos não caracterizam a ocorrência de dano ao Erário, não devendo subsistir a imputação de débito ao responsável. Vale anotar que houve a aprovação da execução física do ajuste pelo Ministério do Turismo (Peça 34, p. 43-46, 66-68 e 161-164), o que indica que houve a realização do evento festivo e a apresentação das atrações musicais contratadas. De outra parte, entendemos que resta caracterizado o nexo de causalidade entre os recursos do convênio e os pagamentos efetuados, dada a correspondência de valores e datas entre as notas fiscais emitidas pela empresa contratada (Peça 33, p. 28, 34, 40 e 45) e a movimentação bancária da conta específica do ajuste (peça 34, p. 141 e 155).

6. No que toca às falhas de ordem financeira suscitadas pelo órgão concedente, não nos parecem suficientemente robustas para infirmar o atingimento do objeto pactuado no convênio ou mesmo para configurar eventual contratação por preços superiores aos praticados no mercado.

7. Quanto à contratação da empresa Tamma Produções Artísticas Ltda., por inexigibilidade de licitação, para a realização das apresentações dos artistas “Gean e Giovane” (R\$ 71.500,00), “Leonardo” (R\$ 125.000,00) e “Ronan e Ronaldo” (R\$ 25.000,00), deve ser ponderado que a exigência de apresentação do contrato de exclusividade – entre os artistas e o empresário contratado pelo órgão conveniente para a realização de eventos musicais na execução de convênios – é uma condição indispensável para a regularidade dos procedimentos nas contratações firmadas diretamente, em especial sob o fundamento de inexigibilidade de licitação. As ditas cartas de exclusividade, geralmente por serem feitas apenas para eventos em datas específicas, não constituem uma representação privativa ou exclusiva do artista a qualquer tempo e evento.

8. No entanto, mais recentemente, mediante o Acórdão n.º 1.435/2017-TCU-Plenário (TC-022.552/2016-2, sessão de 5/7/2017), em resposta à consulta feita pelo Ministério do Turismo, restou consignado, entre outros aspectos, que as situações de ausência ou de falha nos contratos de exclusividade, ou nas cartas de exclusividade, podem não ensejar, por si sós, o julgamento de irregularidade das contas ou a condenação em débito de responsável, a depender das circunstâncias do caso concreto.

9. Para a fase executiva dos convênios e nas situações em que se comprova a execução do evento objeto do convênio, este *Parquet* tem considerado indevido impugnar os valores pagos com arrimo apenas na irregularidade cometida na etapa de escolha do executor dos serviços (falta de contrato de exclusividade). Idêntico raciocínio se aplica também a imputar débito pela existência de apenas cartas de exclusividade, com base na ausência de nexo de causalidade entre o pagamento recebido e a execução do evento, pois tanto o contrato de exclusividade quanto a carta de exclusividade estão imbuídos do

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

pressuposto de que os valores recebidos constituem a contraprestação financeira pela prestação dos serviços pela empresa (ou empresário) e pelos artistas que representa.

10. Assim, nos presentes autos, considerando que se comprovou a realização do evento festivo e a apresentação das bandas musicais previstas no Convênio Siconv 704327/2009, a mera ausência de contratos de exclusividade entre os artistas e a empresa contratada não deve acarretar a imputação de débito ao responsável.

11. Por outro lado, no caso concreto, além da falha relativa aos contratos de exclusividade, subsistem outras ocorrências não justificadas pelo responsável, as quais, em seu conjunto, afiguram-se suficientemente graves para ensejar a irregularidade de suas contas e aplicação de multa ao ex-Prefeito.

12. Em relação à contratação das bandas musicais, ganham relevo os indícios de favorecimento à empresa Tamma Produções Artísticas Ltda. e a ausência nos processos de inexigibilidade das pesquisas prévias que justificassem os preços ajustados, com infringência ao art. 26, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

13. Também foram constadas irregularidades na condução do Pregão Presencial 8/2009, lançado para a contratação de serviços de mídia e de locação de equipamentos necessários para a realização do evento festivo, especialmente quanto à divergência entre os itens licitados e aqueles constantes do plano de trabalho do convênio, com alteração das metas pactuadas sem a anuência do órgão concedente dos recursos.

14. Ante o exposto, esta representante do Ministério Público sugere julgar irregulares as contas do Senhor Carlos Vinício de Carvalho Soares, com fundamento nos arts. 1.º, inciso I, e 16, inciso III, alínea “b”, da Lei n.º 8.443/1992, sem imputação de débito, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da mesma lei, em razão das falhas detectadas na prestação de contas do referido convênio.

Ministério Público, 19 de janeiro de 2018.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral